



O tratamento da variação linguística nos cursos de Pedagogia do Brasil: o que os PPCs têm a dizer?

The treatment of linguistic variation in Pedagogy courses in Brazil: what do PPCs have to say?

Douglas Afonso dos SANTOS*

Silvia Helena de Freitas RUIZ**

Joyce Elaine de ALMEIDA***

RESUMO: O trabalho com a Língua Portuguesa, no contexto escolar, inicia-se nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com professores cuja formação acadêmica não é obrigatoriamente na área de Letras, o que explica algumas dificuldades que esses profissionais possam vir a ter. Nessa perspectiva, partindo da hipótese de que os cursos de Pedagogia não dispõem de uma grade curricular que vise ao aprofundamento teórico de temas concernentes à língua(gem), objetivou-se, com esta pesquisa, investigar *se* e *como* é feito o tratamento da variação linguística em dez desses cursos ofertados por universidades públicas federais e estaduais das cinco regiões brasileiras, utilizando o aporte teórico da Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2005) e de autores que versam sobre o contexto histórico do curso de Pedagogia no Brasil. Atinente à metodologia, realizou-se, sob uma abordagem qualitativa, o procedimento técnico da pesquisa documental, concebendo os Projetos Pedagógicos como objeto de estudo. A análise do material foi norteada por um roteiro composto por quatro perguntas, possibilitando auferir que os cursos, em sua maioria, não apresentam disciplinas voltadas à discussão sobre a variação linguística. Portanto, muitos pedagogos, em sua formação inicial, não adquirem os conhecimentos básicos para atender o que recomenda a BNCC a respeito deste tema.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade linguística. Formação de professores. Grades curriculares.

ABSTRACT: The work with the Portuguese Language, in the school context, begins in the early years of elementary school, with teachers whose academic training is not necessarily in Language, which explains some limitations that these professionals may have. In this perspective, based on the hypothesis that Pedagogy courses do not have a curriculum that aims at the theoretical deepening of themes concerning language, the objective of this research was to investigate whether and how the treatment of linguistic variation in ten of these courses offered by federal and state public universities in the five Brazilian regions has been done, using the theoretical contribution of Educational Sociolinguistics (Bortoni-Ricardo, 2005) and

* Doutorando em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina (UEL – Bolsista CAPES). douglas.afonso@uel.br

** Doutoranda em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina (UEL). silviafreitas.ruiz@uel.br

*** Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL). joyal@uel.br

authors who deal with the historical context of the Pedagogy course in Brazil. With regard to methodology, the technical procedure of documentary research was carried out under a qualitative approach, conceiving the Pedagogical Projects as an object of study. The analysis of the material was guided by a script composed of four questions, making it possible to infer that the courses, for the most part, do not have disciplines focused on the discussion of linguistic variation. Therefore, many pedagogues, in their initial training, do not acquire the basic knowledge required for BNCC recommendations on this subject.

KEYWORDS: Linguistic diversity. Teacher training. Curriculum grids.

Artigo recebido em: 12.06.2023

Artigo aprovado em: 16.08.2023

1 Introdução

O processo de interação humana ocorre por meio da linguagem, e, na sociedade atual, principalmente pela língua escrita e falada. Assim, sabendo que os sujeitos vivem em uma sociedade diversificada, é natural que o modo como eles falam reflita essa pluralidade. Enquanto sistema, a língua é organizada pelas atividades dialógicas dos falantes/ouvintes e escritores/leitores, de maneira dinâmica, de acordo com as intenções ideológicas de cada comunidade (Bakhtin, 2011). É pela linguagem que as pessoas interagem, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, compartilham e constroem visões de mundo, participando ativamente da sociedade.

O ensino de língua, nesse sentido, não deve ocorrer de forma isolada, mas buscar correlacionar o desenvolvimento das competências linguística e comunicativa dos sujeitos. Essa tem sido uma preocupação presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, guardadas as devidas proporções, busca em teorias linguísticas mais recentes um subsídio para que as aulas de Língua Portuguesa não se limitem ao ensino tradicional da gramática normativa.

A observação de que o trabalho com a língua na escola não é exclusivo dos professores formados em Letras, mas também dos profissionais que lecionam nos Anos Iniciais, é o ponto de partida desta pesquisa, a qual tem como objetivo geral investigar, a partir dos Projetos Pedagógicos, *se e como* é feito o tratamento da variação

linguística em dez cursos de Pedagogia ofertados por universidades públicas federais e estaduais das cinco regiões brasileiras. Metodologicamente, realiza-se o procedimento técnico da pesquisa documental, com abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2005) e de autores que discutem a respeito do contexto histórico do curso de Pedagogia no Brasil, como Cruz (2008) e Libâneo (2007).

A formação sociolinguística do pedagogo já tem sido abordada em outras pesquisas, dentre as quais, Bezerra (2022) e Vargas (2015). A primeira teve como objetivo verificar as contribuições da Sociolinguística para a formação e atuação profissional de licenciados em Letras, Ciências Biológicas e Pedagogia, delimitando-se aos discentes do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Linguagem, Cultura e Formação Docente, da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). A pesquisadora aplicou um questionário, via formulários *Google*, que possibilitou concluir, em se tratando dos sujeitos licenciados em Pedagogia, que não houve contato com a Sociolinguística na graduação, apenas em “formações continuadas durante o exercício de sua profissão” (Bezerra, 2022, p. 20), e que mesmo assim, eles não conheciam, por exemplo, os conceitos básicos da área.

Por seu turno, a pesquisa de Vargas (2015) refere-se a um projeto desenvolvido com alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância (LIPEAD), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Conforme explica o autor, o projeto, que é voltado à pesquisa e à formação de pesquisadores em nível de Iniciação Científica, está organizado em grupos, dentre os quais, o de pesquisa em ensino de língua materna, cuja principal base teórica é a da Sociolinguística Educacional. Os participantes bolsistas aprendem sobre essa teoria, vão a campo para fazerem observações na prática e, após isso, elaboram um projeto de pesquisa. O trabalho de Vargas (2015) traz um pouco das experiências dos graduandos, relatadas por intermédio de fóruns *on-line*, que confirmam a importância da Sociolinguística

Educacional para a formação do Pedagogo, a julgar que os sujeitos relataram a mudança de opinião a respeito de muitas questões relacionadas à língua.

A pesquisa apresentada neste artigo, portanto, agrega ao que já foi discutido por Bezerra (2022) e Vargas (2015), encontrando-se estruturada da seguinte maneira: abordam-se as noções gerais sobre a interseção entre o tema da variação linguística e o ensino de Língua Portuguesa; retomam-se alguns pontos considerados importantes no processo de consolidação do curso de Pedagogia no Brasil; descreve-se a metodologia da pesquisa; e encerra-se com as considerações finais.

2 Noções gerais sobre variação linguística e ensino

Em 1966, no simpósio intitulado *Direções para a Linguística Histórica*, os pesquisadores Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog apresentaram uma proposta teórica que, de forma geral, refutava o modelo estruturalista saussureano, segundo o qual a variação e a mudança linguística iam de encontro ao funcionamento da língua. Dentre os princípios estabelecidos pelos estudiosos para explicar uma teoria da mudança linguística, destaca-se a ideia de que *estrutura* não tem a ver com *homogeneidade*, isto é, “a estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos por meio de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas” (Weinreich; Labov; Herzog, 2006[1968], p. 125).

Significa dizer que a variação linguística é inerente às línguas e acontece de maneira sistemática. Assim, considerando o contexto em que essa proposição emerge, no qual a Sociolinguística ainda estava se estruturando, é possível verificar suas contribuições para a consolidação de um fundamento teórico basilar desse campo de investigação, que norteia, hodiernamente, os esforços de muitos sociolinguistas na tentativa de explicar e comprovar, mediante suas pesquisas, que o fenômeno da variação não acontece desordenadamente.

O conceito de língua heterogênea traz implicações também ao âmbito do ensino. Logo, denominam-se Sociolinguística Educacional “todas as propostas e pesquisas que tenham por objetivo contribuir, *a partir da concepção de variação linguística*, para o aperfeiçoamento do processo educacional na área do ensino de língua materna” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 128, grifos nossos). Somando à definição da autora, Martins, Vieira e Tavares (2016, p. 10) apresentam três contribuições gerais da Sociolinguística Variacionista para a vertente Educacional, quais sejam:

(i) definição apurada de conceitos básicos para o tratamento adequado dos fenômenos variáveis; (ii) reconhecimento da pluralidade de normas brasileiras, complexo tecido de variedades em convivência; e (iii) estabelecimento de diversas semelhanças entre o que se convencionou chamar “norma culta” e “norma popular”, não obstante os estereótipos linguísticos (cf. Labov, 1972a) facilmente identificados pela maioria dos falantes.

A despeito do reconhecimento das diferentes normas linguísticas, que são frutos da diversidade sociocultural, a escola, como explica Camacho (2013, p. 75), “é uma instituição inculcadora, por excelência, dos valores culturais que geralmente correspondem aos da classe dominante”. Conseqüentemente, supervaloriza-se a variedade linguística dos falantes pertencentes a esta classe em detrimento dos demais dialetos, que são comumente concebidos como a “forma errada” de falar.

Com vistas à flexibilização desse assunto, atentando ao fato de que respeitar a diversidade linguística presente em sala de aula não implica a omissão da escola no que tange ao ensino da norma-padrão, Bortoni-Ricardo (2005), inspirada em Frederick Erickson (1987), sugere a efetivação de um ensino pautado em uma *pedagogia culturalmente sensível*. A proposta consiste em “criar em sala de aula ambientes de aprendizagem onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 128), isto é, em linhas gerais, busca-se promover o ensino da norma de prestígio a partir do

reconhecimento e respeito para com a realidade linguística dos educandos. Corroborando essa questão, Silva (2009, p. 189-190) afirma que

todo professor precisa ter consciência de que os alunos provenientes de classes sociais menos favorecidas e de regiões distantes dos grandes centros urbanos mostram dificuldades em relação ao dialeto da escola, não por falta de capacidade intelectual, mas pela distância entre o seu dialeto e o que a escola está apresentando. Quanto maior a distância, maior a dificuldade encontrada pelo aluno em se apropriar da fala da escola. É muito importante que procuremos conhecer o perfil sociolinguístico do aluno e da própria comunidade, para que possamos saber onde começar e que tipos de trabalhos propormos a fim de tentar envolvê-los, a princípio, com variantes características do local.

Nota-se que a proposta dialoga com os postulados de Weinreich, Labov e Herzog (2006) sobre o controle das estruturas heterogêneas pelos falantes nativos. Em outras palavras, espera-se que professores e alunos, no exercício de um ensino-aprendizado pautado na *pedagogia culturalmente sensível*, reconheçam a principal função dos conhecimentos linguísticos adquiridos na escola, qual seja, a de ampliar a *competência comunicativa*. Este termo, proposto por Dell Hymes, refere-se a uma teoria que visa a “dar conta do que é formalmente possível, do que é viável, considerando-se os meios de implementação disponíveis, do que é apropriado em relação ao contexto, e do que é de fato realizado” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 62).

Em se tratando dos documentos oficiais que norteiam o ensino na Educação Básica, vê-se que a BNCC, ao abordar o componente Língua Portuguesa, contempla o debate acerca da variação linguística, esclarecendo que, no contexto escolar, é relevante “conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico” (Brasil, 2017, p. 66). Voltando-se aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o documento concebe a variação como um objeto de

conhecimento relacionado à oralidade, para o qual é estabelecida a habilidade (EF35LP11):

Ouvir gravações, canções, textos falados em diferentes variedades linguísticas, identificando características regionais, urbanas e rurais da fala e respeitando as diversas variedades linguísticas como características do uso da língua por diferentes grupos regionais ou diferentes culturas locais, rejeitando preconceitos linguísticos (Brasil, 2017, p. 109).

Diante das novas diretrizes da BNCC para a Educação Básica, faz-se necessária a reorganização do currículo dos cursos de Licenciatura, visando à formação de profissionais engajados no propósito de ensinar sobre a língua materna respeitando suas diversidades, a fim de ampliar a *competência comunicativa* dos alunos e possibilitar a eles uma formação crítica quanto à dinâmica social da linguagem.

3 Apontamentos acerca do curso de Pedagogia no Brasil

O curso de Pedagogia, no Brasil, está configurado em quatro marcos principais. O primeiro refere-se à criação do curso, em março de 1939, por meio do Decreto Lei nº 1.190/39, na Faculdade de Filosofia de São Paulo, com ênfase no Bacharelado, objetivando a formação de “técnicos em educação”, a partir do esquema conhecido como 3+1, que se organizava da seguinte maneira: os três primeiros anos do curso eram dedicados aos estudos específicos da área educacional, como fundamentos e teorias, e para a obtenção do título de Licenciatura, era necessário mais um ano de estudos voltados à didática e à prática de ensino.

A grade curricular do curso, conforme explicitado no art. 19 da referida Lei, era composta pelas seguintes disciplinas: para o primeiro ano, Complementos de matemática, História da filosofia, Sociologia, Fundamentos biológicos da educação e Psicologia educacional; para o segundo, Estatística educacional, História da educação,

Fundamentos sociológicos da educação, Psicologia educacional e Administração escolar; e para o terceiro, História da educação, Psicologia educacional, Administração escolar, Educação comparada e Filosofia da educação. Já os componentes curriculares do curso adicional de didática, apresentados no art. 20, eram Didática geral, Didática especial, Psicologia educacional, Administração escolar, Fundamentos biológicos da educação e Fundamentos sociológicos da educação (Brasil, 1939).

Este formato permaneceu assegurado até o ano 1941, quando o Decreto Lei nº 3.454, de 24 de julho, descortinou sua ilegalidade (Brasil, 1941). Entretanto, o modelo manteve-se vigente por três décadas (Libâneo, 2007). Em 1961, o Conselho Federal de Educação (CFE) estabeleceu o currículo mínimo do curso de Bacharelado em Pedagogia, fixando sete disciplinas obrigatórias e outras duas adicionais, que poderiam ser escolhidas pela própria instituição de ensino. Em 1962, o CFE emitiu o Parecer nº 292, de 14 de novembro, a partir do qual deixava de vigorar o esquema 3+1.

A partir deste ano, iniciou-se o segundo marco do curso, ficando estabelecida a duração mínima de 4 anos e a obtenção do grau de Licenciatura atrelado ao Bacharelado concomitantemente. Os campos de atuação dos profissionais permaneceram os mesmos: administração escolar, especialista em Educação ou atuação como professor nas Escolas Normais em disciplinas pedagógicas.

O formato permaneceu vigente até 1969, quando o Parecer nº 252 do CFE prescreveu a distinção entre Bacharelado e Licenciatura. Mediante os acontecimentos políticos, econômicos e sociais, a década de 1960 trouxe mudanças para o âmbito da educação, dentre elas, a necessidade de reorganização do ensino superior, que resultou no desmembramento da Faculdade de Filosofia e conseqüente criação da Faculdade/Departamento de Educação (Brzeinski, 1999). Este parecer foi o terceiro marco do curso de Pedagogia, acompanhado da Resolução nº 02/1969, que fixava o currículo mínimo e a duração do curso, bem como abolia o grau de Bacharelado. De acordo com Cruz (2008, p. 60),

essa regulamentação manteve a formação de professores para o Ensino Normal e introduziu oficialmente as habilitações para formar os especialistas responsáveis pelo trabalho de planejamento, supervisão, administração e orientação, que se constituíram, a partir de então, como um forte meio de identificar o pedagogo. As habilitações Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar, além do magistério para o Ensino Normal, foram amplamente difundidas, tornando-se nucleares para o curso ao longo de grande parte de sua trajetória. Quanto ao magistério primário, prevaleceu a premissa “quem pode o mais pode o menos”. Todavia, o Parecer não incluiu uma habilitação para esse fim, prevendo apenas algumas disciplinas para a obtenção desse direito.

O curso recebeu novas habilitações, com ênfase na docência, voltadas à Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Educação Especial. Entretanto, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) traz à tona pontos de embate sobre a formação dos profissionais da educação. Decretou-se, portanto, a exclusividade dos cursos Normais Superiores para a formação de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O decreto nº 3.276/1999 representa um “golpe” para o curso de Pedagogia, tendo em vista que boa parte dele já estava voltada para esta formação (Cruz, 2008).

Ainda de acordo com Cruz (2008), o quarto marco legal foi a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 10 de abril de 2006, cujo objetivo foi consolidar as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia. Em 2019, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determinou que o Projeto Político-Pedagógico dos cursos de Licenciatura deveria passar por reformas até dezembro de 2021, a fim de atender a algumas demandas específicas voltadas à formação dos acadêmicos.

4 Metodologia

O percurso metodológico deste trabalho contempla, sob uma abordagem qualitativa, a realização do procedimento técnico da pesquisa documental, que,

segundo Gil (2008, p. 51), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Desse modo, convém recordar o que se pretende alcançar com este estudo, que é investigar, a partir dos Projetos Pedagógicos, *se e como* é feito o tratamento da variação linguística em dez cursos de Pedagogia das cinco regiões brasileiras, sob a hipótese de que eles não dispõem de uma grade curricular que vise ao aprofundamento teórico de temas concernentes à língua (gem). As universidades escolhidas estão organizadas no quadro a seguir, de acordo com a região e esfera institucional.

Quadro 1 – Universidades a que pertencem os PPCs analisados.

UNIVERSIDADES FEDERAIS	UNIVERSIDADES ESTADUAIS
REGIÃO NORTE	
Universidade Federal de Rondônia	Universidade do Estado do Amapá
REGIÃO NORDESTE	
Universidade Federal da Bahia	Universidade do Estado da Paraíba
REGIÃO CENTRO-OESTE	
Universidade de Brasília	Univers. Estadual de Mato Grosso do Sul
REGIÃO SUDESTE	
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Universidade do Estado de Minas Gerais
REGIÃO SUL	
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Universidade Estadual de Londrina

Fonte: elaborado pelos autores.

Além dos dois parâmetros já apresentados – esfera institucional (federal e estadual) e região –, utiliza-se o ano de publicação dos documentos como terceira variável. E para nortear o processo analítico, conta-se com um roteiro composto por 4 perguntas, a saber: A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais? A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística? A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico? As disciplinas que porventura tocam a temática da

variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula?

5 Resultados

A análise está dividida em dois momentos. No primeiro, recebem tratamento os dados referentes aos PPCs dos cursos de Pedagogia das universidades federais. No segundo, obedecendo à mesma estrutura de descrição e análise, elucidam-se os resultados atinentes aos cursos das instituições estaduais.

5.1 Universidades Federais

<p>Universidade Federal de Rondônia – UNIR Ano de criação do curso de Pedagogia: 1982 Ano do último PPC: 2015</p>
<p>I) A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais? I) Sociolinguística. II) Fundamentos e prática do ensino da Língua Portuguesa.</p>
<p>II) A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística? O curso de Pedagogia da UNIR é o único, entre os analisados nesta pesquisa, que possui a disciplina de Sociolinguística, portanto, consegue abranger muito mais temas da área, como é possível observar a partir da ementa:</p> <p><i>Introdução aos estudos linguísticos. Objeto de estudo da Sociolinguística. Conceitos introdutórios e pressupostos teóricos. Língua e sociedade: as variações diatópicas, diastráticas e diacrônicas. Variações de registro. Variedades linguísticas e contexto social e cultural. A norma culta, as variações e o erro linguístico. As interfaces do preconceito linguístico. As interfaces da sociolinguística para o ensino de língua materna e/ou estrangeira (Universidade Federal de Rondônia, 2015, p. 64).</i></p> <p>A segunda disciplina discute sobre as diferentes concepções de língua e de ensino de língua, abordando a interação verbal na dimensão linguística. É o momento em que o graduando elabora microaulas sobre leitura, produção de textos e análise linguística.</p>
<p>III) A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico?</p>

A temática do preconceito linguístico serpenteia as duas disciplinas mencionadas na primeira pergunta. Textos como *A língua de Eulália*, de Marcos Bagno, bem como a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, do mesmo autor, perfazem o grupo de leituras obrigatórias das disciplinas.

IV) As disciplinas que porventura tocam a temática da variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula?

O principal objetivo da disciplina de Sociolinguística é intervir criticamente no ensino, concebendo-o a partir da dialética dos atuais discursos linguísticos. Sendo assim, nota-se que ela não se limita ao aspecto teórico, mas promove a aplicação da teoria na prática de sala de aula.

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Ano de criação do curso de Pedagogia: 1941

Ano do último PPC: 2012

I) A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais?

I) Linguagem e educação. II) Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. III) Metodologia do ensino de Língua Portuguesa.

II) A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística?

Explicitamente, não. Focaliza-se a Linguística como ciência da linguagem e a língua portuguesa como objeto do processo de aprendizagem/ensino na educação fundamental. A ementa da segunda disciplina elencada apresenta como objetivo a discussão de tópicos relacionados aos conteúdos de língua materna, o que pode ser um momento oportuno para abordar a variação linguística, contudo, não há como chegar a uma conclusão, pois o documento não explicita essa questão.

III) A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico?

O documento não traz uma seção com a bibliografia básica das disciplinas, apenas o ementário, a partir do qual é possível inferir que há pouca ou nenhuma abordagem acerca do preconceito linguístico.

IV) As disciplinas que porventura tocam a temática da variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula?

Não há, explicitamente, disciplinas que discutem o tema da variação linguística.

<p>Universidade de Brasília – UnB Ano de criação do curso de Pedagogia: 1972 Ano do último PPC: 2018</p>
<p>I) A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais? I) Processos de alfabetização e letramento. II) Ensino e aprendizagem da língua materna.</p>
<p>II) A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística? A primeira disciplina aborda, dentre outros temas, os contextos, usos e funções da escrita nas sociedades letradas. A segunda, por sua vez, focaliza os fundamentos linguísticos, sociopsicolinguísticos e antropológicos da linguagem e as suas relações com a comunidade escolar. De acordo com a ementa desta disciplina, nota-se que a variação linguística é um tema abordado amplamente. Logo, fala-se sobre as variedades padrão e não-padrão, atitudes linguísticas, preconceito linguístico, monitoração estilística, pedagogia culturalmente sensível, entre outros assuntos.</p>
<p>III) A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico? A ementa da segunda disciplina contempla a discussão sobre o preconceito linguístico, apresentando referencial teórico específico sobre o assunto.</p>
<p>IV) As disciplinas que porventura tocam a temática da variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula? As duas disciplinas dão enfoque à sala de aula. A segunda, especificamente, frisa questões como: o papel do professor na mediação do aprendizado da oralidade letrada, escrita e leitura; as alternativas educacionais decorrentes dos avanços teóricos nos estudos da linguagem; os documentos oficiais, políticas e programas vigentes no Brasil com foco no ensino de Língua Materna.</p>

<p>Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Ano de criação do curso de Pedagogia: 1939 Ano do último PPC: 2015</p>
<p>I) A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais? I) Alfabetização e letramento. II) Didática da Língua Portuguesa.</p>
<p>II) A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística? Explicitamente, não. No documento é destacada apenas a grade de disciplinas, não há ementário. Buscou-se essas informações no <i>site</i> da Faculdade de Educação da UFRJ, mas sem sucesso.</p>

III) A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico?

Explicitamente, não.

IV) As disciplinas que porventura tocam a temática da variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula?

Não há como afirmar se há ou não disciplinas que abordam o tema da variação linguística.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Data de criação do curso de Pedagogia: 1942

Data do último PPC: 2018

I) A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais?

I) Leitura e produção escrita na constituição docente. II) Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita.

II) A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística?

A primeira disciplina, por ser voltada à produção escrita, aborda principalmente temas como coesão, coerência, argumentação, referenciação etc. Já a segunda, como o próprio título sugere, focaliza o caráter investigativo e pedagógico do processo de aquisição da linguagem oral e escrita. Apesar de ser possível estudar a relação oralidade/escrita sob o viés da Sociolinguística, a disciplina não é conduzida por essa perspectiva, portanto, não há uma abordagem sobre o tema da variação linguística.

III) A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico?

Não apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico.

IV) As disciplinas que porventura tocam a temática da variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula?

Não apresenta disciplinas que discutem sobre variação linguística.

Em se tratando das universidades federais, observa-se que, com exceção da UnB e UFRGS, todas as outras possuem cursos de Pedagogia cujos Projetos Pedagógicos são anteriores à publicação da BNCC. Pode-se inferir, desse modo, que a variável *ano* não é um fator determinante quanto à abordagem da variação linguística na formação dos futuros professores, a julgar que o curso da UFRGS, por exemplo, não traz

disciplinas com enfoque nesse tema e em outros correlatos, enquanto que o da UNIR, apesar do tempo de publicação do seu PPC, possui em sua grade uma disciplina voltada exclusivamente para a Sociolinguística, abordando diversos temas que são muito caros ao ensino de língua.

É provável que isso se dê ao fato de a BNCC não ser o primeiro documento a orientar o trabalho com a língua em consonância com os pressupostos da Sociolinguística, pois os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN/LP) já faziam a mesma recomendação. Ainda assim, nota-se que os graduandos dos cursos de Pedagogia da UFBA e UFRJ, tal como os da UFRGS, têm pouca ou nenhuma formação em relação à variação linguística. Assim, considerando a variável *região*, sinaliza-se que apenas os cursos das regiões Norte (UNIR) e Centro-Oeste (UnB) dispõem de uma grade curricular que contempla o tema de forma aprofundada.

5.2 Universidades Estaduais

<p>Universidade do Estado do Amapá – UEAP Ano de criação do curso de Pedagogia: 2006 Ano do último PPC: 2019</p>
<p>I) A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais?</p> <p>I) Fundamentos teórico-metodológicos de alfabetização. II) Fundamentos teórico-metodológicos de Língua Portuguesa. III) Pressuposto linguístico I e II.</p>
<p>II) A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística?</p> <p>As três disciplinas abordam o tema da variação. Na primeira, de acordo com a ementa, os pressupostos que fundamentam o processo de alfabetização e letramento ancoram-se em diversas bases, dentre elas, a Sociolinguística. O terceiro componente curricular, que é dividido em dois momentos, também apresenta claramente a abordagem sobre o tema, como pode ser observado na ementa referente à segunda parte da disciplina:</p> <p><i>Linguagem e sociedade. As contribuições da sociolinguística para os estudos das relações entre língua e sociedade, língua e educação. A variação linguística: variação dialetal e variações de registro. A variação e o preconceito linguístico. A competência linguística e a</i></p>

competência comunicativa. Os fundamentos para uma pedagogia da educação linguística. A problemática da norma culta ou norma padrão no ensino de língua materna (Universidade do Estado do Amapá, 2019, p. 94).

III) A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico?

Não há obras voltadas, exclusivamente, ao preconceito linguístico, contudo, deve-se atentar para aquelas de introdução à Linguística, que certamente fazem essa abordagem, uma vez que o tema está explicitamente apresentado em uma das ementas.

IV) As disciplinas que porventura tocam a temática da variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula?

Levando em consideração a menção acerca da educação linguística, pode-se inferir que há preocupação em correlacionar a teoria com a prática de sala de aula.

Universidade do Estado da Paraíba – UEPB

Ano de criação do curso de Pedagogia: 1976

Ano do último PPC: 2016

I) A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais?

I) Alfabetização e letramento. II) Aquisição da linguagem oral e escrita na Educação Infantil. III) Capacidade leitora do aluno-leitor universitário.

II) A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística?

Não há, explicitamente, nenhuma disciplina voltada à discussão sobre variação linguística. O terceiro componente curricular, apesar de abordar a diversidade de concepções concernentes à língua, focaliza a questão da leitura, como sugere o próprio título.

III) A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico?

Não foi identificado nenhum referencial teórico voltado ao preconceito linguístico.

IV) As disciplinas que porventura tocam a temática da variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula?

Não há disciplinas que versam sobre esse tema.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Ano de criação do curso de Pedagogia: 2008

Ano do último PPC: 2019

I) A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais?

I) Alfabetização e letramento. II) Língua Portuguesa e suas metodologias.

II) A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística?

A despeito de a ementa da segunda disciplina contemplar questões como a relação entre língua, linguagem e práticas sociais, não há nenhuma abordagem sobre a variação linguística. Um ponto que deve ser frisado em relação a essa disciplina é o fato de ela trazer noções básicas de fonética e fonologia, que é um diferencial.

III) A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico?

Não foi identificado nenhum referencial teórico voltado ao preconceito linguístico.

IV) As disciplinas que porventura tocam a temática da variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula?

Não há disciplinas que versam sobre esse tema.

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Ano de criação do curso de Pedagogia: 1970

Ano do último PPC: 2019

I) A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais?

I) Língua Portuguesa - conteúdos e metodologias na Educação Infantil e nos Anos Iniciais de ensino fundamental.

II) A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística?

A disciplina Língua Portuguesa é dividida em vários momentos, e apesar de constar em sua ementa a proposta de construir conhecimentos referentes à leitura e escrita em uma perspectiva sócio-histórica, psicolinguística e sociolinguística, não há ênfase na variação linguística.

III) A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico?

Ainda que a BNCC seja citada como referência bibliográfica em duas ementas, não há nada relacionado ao preconceito linguístico.

IV) As disciplinas que porventura tocam a temática da variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula?

Não há disciplinas que versam sobre esse tema.

Universidade Estadual de Londrina – UEL Ano de criação do curso de Pedagogia: 1960 Ano do último PPC: 2018
I) A grade curricular possui disciplinas voltadas a questões linguísticas? Se sim, quais? I) Didática da Língua Portuguesa para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
II) A ementa dessas disciplinas aborda, de algum modo, o tema da variação linguística? A variação linguística é um tema abordado explicitamente na ementa da disciplina.
III) A ementa dessas disciplinas apresenta referencial teórico voltado ao preconceito linguístico? O documento não apresenta a bibliografia básica das disciplinas, no entanto, considerando a ementa da disciplina referente à Língua Portuguesa, pode-se inferir que há referencial teórico voltado ao preconceito linguístico, uma vez que são mencionadas, no campo da variação linguística, as concepções de linguagem e comunicação atreladas à promoção de posturas não discriminadoras.
IV) As disciplinas que porventura tocam a temática da variação linguística limitam-se ao aspecto teórico ou propõem, de algum modo, a sua aplicação em sala de aula? Há preocupação em correlacionar teoria e prática, conforme destacado no PPC: <i>Cada assunto será tratado nos seus domínios conceituais, procedimentais e atitudinais a partir de práticas diferenciadas, tais como: aula expositiva dialogada, debates, estudos dirigidos de leitura e atividades (individual e em grupo), oficinas, dinâmicas de grupo, vídeos, análise de situações problema e vivências pedagógicas que extrapolam ao ambiente da sala de aula, tais como visitas a bibliotecas e livrarias destinadas ao público infante juvenil. (Universidade Estadual de Londrina, 2018, p. 69)</i>

Os dados atinentes aos cursos de Pedagogia das universidades estaduais revelam que, a respeito da variável *ano*, com exceção da UEPB, todos os PPCs foram publicados após a BNCC. Apesar disso, apenas os documentos da UEAP e UEL apresentam disciplinas que discutem o tema da variação linguística, ratificando a afirmação anterior de que essa variável não é um fator determinante para que o referido tema seja abordado na formação de pedagogos. Sobre a variável *região*, observa-se que os cursos da região Norte e Sul são os que possuem uma estrutura curricular que contempla a variação linguística.

Portanto, a partir do recorte realizado nesta pesquisa, vê-se que o quantitativo de cursos de Pedagogia, no Brasil, que dão o devido tratamento à variação linguística ao longo do período de formação foi de 40% (20% para instituições estaduais e 20% para as federais). Isso significa dizer que a maioria desses cursos ainda não atende ao que é recomendado pela BNCC para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a qual estabelece a variação linguística como objeto de conhecimento relacionado à oralidade, devendo ser abordada no terceiro, quarto e quinto anos.

Para melhor visualizar os resultados gerais, elaboraram-se os quadros abaixo:

Quadro 2 – Síntese dos resultados (Universidades Federais).

Universidades	UNIR	UFBA	UnB	UFRJ	UFRGS
Variável I	Esfera Federal				
Variável II	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Variável III	2015	2012	2018	2015	2018
Publicação após a BNCC			X		X
Aborda a variação linguística	X		X		
Aborda o preconceito linguístico	X		X		
Correlaciona teoria e prática	X		X		

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Síntese dos resultados (Universidades Estaduais).

Universidades	UEAP	UEPB	UEMS	UEMG	UEL
Variável I	Esfera Estadual				
Variável II	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Variável III	2019	2016	2019	2019	2018
Publicação após a BNCC	X		X	X	X

Aborda a variação linguística	X				X
Aborda o preconceito linguístico	X				X
Correlaciona teoria e prática	X				X

Fonte: elaborado pelos autores.

6 Considerações finais

O escopo desta pesquisa foi investigar, por meio dos Projetos Pedagógicos, o tratamento dispensado à variação linguística (*se e como* ocorre) em dez cursos de Pedagogia ofertados por universidades públicas federais e estaduais localizadas nas cinco regiões brasileiras. A hipótese inicial foi a de que os cursos não apresentavam uma grade curricular voltada ao aprofundamento teórico de temas concernentes à língua(gem), pressuposto esse que foi confirmado na maioria dos documentos analisados.

Ainda que a BNCC preconize que as aulas de Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no terceiro, quarto e quinto anos, devem contemplar o tema da variação linguística, pôde-se constatar que os cursos de Pedagogia, majoritariamente, não subsidiam aos professores os conhecimentos necessários para que eles desenvolvam esse trabalho.

Acredita-se que essa problemática seja decorrente do pensamento de que temas como a variação e o preconceito linguístico devem ser abordados exclusivamente pelos professores formados em Letras, isto é, somente nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. No entanto, a julgar que a disciplina Língua Portuguesa começa a ser trabalhada na escola desde os Anos Iniciais, deve ser esse, também, o momento oportuno para iniciar o debate acerca daqueles temas. Para tanto, vê-se a necessidade de que as ciências linguísticas, sobretudo a Sociolinguística, sejam

inseridas na formação do pedagogo – assim como já vem acontecendo na UNIR, UnB, UEAP e UEL.

Esta pesquisa, em suma, contribuiu para um levantamento diagnóstico parcial dos cursos de Pedagogia ofertados por universidades federais e estaduais brasileiras. Vê-se, a partir dos resultados, que outros estudos precisam ser desenvolvidos para que haja uma percepção mais abrangente acerca do tratamento que esses cursos dispensam ao tema da variação linguística. Como sugestão, espera-se que as novas pesquisas contemplem as regiões individualmente, a fim de que mais cursos sejam analisados, o que não foi possível fazer aqui por razões espaciais. Também podem ser investigadas as crenças e atitudes linguísticas de pedagogos em relação ao ensino de Língua Portuguesa e as influências da formação acadêmica para a sua desmitificação ou perenização.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BEZERRA, A. S. **Contribuições da sociolinguística para a atuação profissional docente**: um estudo de caso com discentes de pós-graduação da Universidade Federal Rural da Amazônia. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Linguagem, Cultura e Formação docente) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Tomé-Açu – PA, 2022.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós cheguem na escola, e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. **Parecer nº 292, de 14 de novembro de 1962b**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12919>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto Lei n. 3.454, de 24 de julho de 1941.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12919>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.1, 15 de maio de 2006.** Diário Oficial da União, n.92, seção 1, p. 11-12, 16 de maio 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRZEZINSKI, I. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade.** Campinas: Autores Associados, 1999.

CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social.** São Paulo: Parábola, 2013.

CRUZ, G. B. **Da história do Curso de Pedagogia e a formação do pedagogo no Brasil.** O Curso de Pedagogia no Brasil na visão de Pedagogos Primordiais. 302f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, J. C. A Pedagogia em Questão: Entrevista com José Carlos Libâneo. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 10, n.1, p. 11-33, 2007. DOI <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.10.1473>

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. Contribuições da sociolinguística brasileira para o ensino de português. *In*: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A.(org.). **Ensino de português e sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2016. p. 9-35.

SCHEIBE, L. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia:** trajetória longa e inconclusa. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 130, p. 43-62, jan./abr. 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000100004>

SILVA, R. C. P. **A sociolinguística e a língua materna.** Curitiba: Editora Ibplex, 2009.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto pedagógico de curso:** Licenciatura em Pedagogia. 2019. Disponível em: https://www.uemg.br/images/PDFs/PPCs/PPC_Pedagogia_FAE_aprovado_coepe_01.07.2020.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ. **Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia.** 2019. Disponível em: http://www.ueap.edu.br/storage/old_files/Arquivos/Postagens/Atualização%20site%202020/Atualização%20Cursos/Resolução%20423_%20ANEXO%20-%20PPC%20de%20%20Pedagogia%20-%20Projeto%20revisado%20e%20formatado.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Projeto pedagógico de curso: Pedagogia.** 2016. Disponível em: <https://sistemas.uepb.edu.br/carelatorios/RelatorioPPC?id=18&rl=RelatorioPPC>. Acesso em: 28 jan. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Projeto pedagógico do curso de Pedagogia.** 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/CURRICULO%202019.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de pedagogia, Licenciatura.** 2019. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/cursos/1b71662454aed5e8895e56cb584a45f5/projeto_pedagogico/2_1b71662454aed5e8895e56cb584a45f5_2021-06-07_17-36-31.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia – diurno.** 2018. Disponível em: http://www.fe.unb.br/images/Graduacao/Presencial/docs/PPP_PEDAGOGIA_DIURNO_05_07_2018_versao_final.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia da faculdade de Educação da UFBA.** 2012. Disponível em: https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/curriculo_do_curso_de_licenciatura_em_pedagogia.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia.** 2012. Disponível em: https://ded.unir.br/uploads/04155632/Pedagogia%20Presencial%20-%20atualizacao/PROJETO_POLITICO_PEDAGOGICO_DO_CURSO_DE_PEDAGOGIA_416552329.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto pedagógico de curso:** curso de Licenciatura em Pedagogia. 2015. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/08/PPC-atualizado-2014-2015.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico de curso:** Licenciatura em Pedagogia. 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/pedagogia/wp-content/uploads/2019/03/PPC_Curso_PEDAGOGIA_FACED_2018_VERSAO-2019-1.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

VARGAS, D. A pesquisa em sociolinguística educacional na formação de professoras pesquisadoras em um curso de pedagogia a distância: considerações iniciais. **VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação**, junho/2015.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.